



Laboratorio
de políticas locales

Dezembro 2010.

Relatório

Primeira Oficina do Projeto Laboratório de Políticas Locais

Belo Horizonte - Brasil

Nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2010 se realizou na cidade de Belo Horizonte, Brasil, no âmbito da XV Cúpula de Mercocidades, a apresentação e a Primeira Oficina do **Projeto Laboratório de Políticas Locais**.

Os representantes das cidades participantes foram:

Argentina

- Gerardo Grieco, Diretor Municipal Sul, Municipalidade de Rosário,
- Hernán Ingelmo, Sub-Secretário de Gestão Cidadã, Municipalidade de Neuquen,
- Gabriela Tedeschi Cano, Coordenação da Unidade Temática de Autonomia, Financiamento e Gestão Municipal de Mercocidades, Relações Internacionais de Neuquen,
- Analía Nievas, Assessora da Secretaria de Participação Cidadã, Municipalidade de Córdoba,

Brasil

- Leda Vasconcelos, Gerente de Projetos Sustentáveis de Orçamento Participativo, Prefeitura de Belo Horizonte,
- Kátia Lima, Coordenadora de Orçamento Participativo, Prefeitura de Guarulhos,
- Eduardo Mancuso, Diretor de Relações Internacionais, Prefeitura de Canoas,
- Ceilo Paulo Piovesan, Diretor de Relações Comunitárias, Prefeitura de Canoas,





Laboratório de políticas locais

- Maria Evenice Barbosa Neto, Prefeitura de Fortaleza,
- Luis Fernando Nogueira, Prefeitura de Várzea Paulista,
- Dalbo Diaquines e Letícia da Penha, Prefeitura de Contagem,
- Emerson dos Santos, São Vicente,

Uruguai

- Pablo Barrios, Diretor Geral de Administração, Prefeitura de Rocha,
- Humberto Sconamiglio, Prefeitura de Paysandú,
- Emma Menoni, Prefeitura de Montevideú,
- Marilin Moreira, Prefeitura de Maldonado

O programa desenvolvido durante as atividades foi construído de forma participativa e em consulta com a Coordenação da Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal e com o FAMSI. Anexo I.

A oficina teve três objetivos:

1.- Informar sobre o Projeto cujo objetivo geral é a criação e implementação nos governos locais da Rede de Mercocidades do Primeiro Laboratório de Políticas Locais (LPL) de participação cidadã como um espaço de construção coletiva que promova a sistematização, a avaliação e o desenvolvimento permanente das experiências neste campo; detalhar os objetivos específicos, estabelecer as atividades previstas e os resultados esperados a cargo do Coordenador do Projeto Guillermo Gonsalves.

2.- Apresentação da primeira consultoria elaborada por FAMSI: “**Laboratório de Políticas Locais e Democracia Participativa**”.

3.- Sociabilizar algumas das experiências de ferramentas de democracia participativa que estão sendo implementadas nas cidades de Belo Horizonte, Guarulhos e Neuquen.

No início se apresentou o documento base (primeira consultoria) elaborado por FAMSI: “**Laboratório de Políticas Locais e Democracia Participativa**”, a cargo de Felipe Llamas, sobre alguns dos desafios e questões que propõem os instrumentos da democracia participativa, com uma atenção especial aos orçamentos participativos e colaborando com informação para a construção e intercâmbio entre os sócios do projeto. Posteriormente, debateu-se sobre os conceitos vertidos desde a apresentação, trocando distintas opiniões e visões





Laboratorio de políticas locales

que enriqueceram a programação das atividades que se desenvolveram ao longo do projeto.

O LPL promove a troca e a capacitação para melhorar a qualidade de desenho e implementação das políticas de gestão pública sobre democracia participativa, favorecendo a boa governança e a construção de uma cidadania ativa no nível regional.

O documento sobre o qual se trabalhou reúne, também, informações de forma descritiva sobre as distintas redes internacionais e de cooperação descentralizada que desenvolvem sua ação no fomento da descentralização e das políticas de inclusão social e democracia participativa.

Do debate se concluiu a necessidade de prestar conta e difundir uma lógica de trabalho em REDE e de fomentar princípios básicos compartilhados pela cidadania do MERCOSUL, trocando com outros projetos que estão sendo desenvolvidos no nível mundial. Especialmente através do Foro Social Mundial e do Foro de Autoridades Locais pela Inclusão Social e pela Democracia Participativa, (REDE FAL) na qual tanto MERCOCIDADES como FAMSI jogam um papel destacado, especialmente na promoção da democracia participativa através da Plataforma Mundial pelos Orçamentos Participativos, e reafirma a importância da cooperação descentralizada e da organização em rede entre governos territoriais de diferentes níveis.

A discussão da Oficina também abordou a dimensão política, debatendo-se perguntas como: Por que estamos aqui? O âmbito de articulação política que oferece MERCOCIDADES permite seguir avançando na cooperação descentralizada, na democracia participativa e no projetar de maneira crítica na Rede sobre as ferramentas de participação cidadã. Reconhecer como valor agregado a memória do trabalho de muitos anos e poder desenvolver um salto qualitativo do trabalho em Rede, e visibilidade em âmbitos supranacionais.

A democracia participativa implica avançar em processos de mudanças reais, transformação social para melhorar as condições de vida, a inclusão social, atacar as causas que geram a pobreza, o desenvolvimento institucional e o fortalecimento das capacidades.

Do debate surge a tensão entre Estado e Mercado, em que se relegam as políticas públicas de participação cidadã a um segundo plano. Os processos de participação cidadã se entendem de muitas maneiras, uma delas é a capacidade real que tem a cidadania de tomar decisões na coisa pública através de diferentes instrumentos como podem ser os orçamentos participativos. Não é consulta, não é gestão, é o exercício de compartilhar tudo. Mercocidades tem a responsabilidade desde este projeto, buscando incidir, desde o local, para âmbitos supranacionais, avançando na cooperação descentralizada, na construção da cidadania regional e na cultura da



Laboratorio de políticas locales

democracia participativa e da inclusão social. O trabalho em Rede implica na construção coletiva de um pensamento crítico do que estamos construindo, transcendendo a mera troca de experiências.

Outra colaboração que surge do debate é decidir o modelo de cidade que queremos, ter claro que cota destinamos de nosso orçamento a formas de participação cidadã, e a cota de poder que cedemos para poder cumprir nossas metas, que sejam processos transparentes, que se executem, e não criar frustração na cidadania.

É necessário uma visão integral do território, considerando todos os instrumentos de planificação disponíveis, assim como a planificação local deve partir das necessidades da cidadania, harmonizando estas com o programa político de governo. Analisando o impacto das políticas locais, sua incidência e a transparência, gerando confiança entre a cidadania permitindo sua participação na gestão. Avançar nos processos de desburocratização da gestão pública (controle), nos processos auto-regulamentados otimizando os processos de construção da cidadania regional, as diferentes escalas da cidadania, assim como ampliar as margens da democracia local.

Em síntese aprofundar os processos de controle cidadão e a democracia participativa.

Aprofundar o conceito de democracia participativa implica tomar consciência da função dos governos locais, repensar a política e a democracia, apoderando à cidadania, valorizar novamente o espaço público, lugar de encontro e debate, onde existem atores com possibilidades e capacidades de fazer ouvir suas opiniões sobre os assuntos de seu interesse e os que consideram prioritários para sua comunidade.

Para poder lograr avanços na aplicação destas experiências é necessário conhecer as diferentes políticas desenvolvidas por diferentes governos locais na região, promovendo uma democracia mais participativa, como também apoiar os novos processos de descentralização através de uma maior capacitação, construindo legitimidade e resultados positivos.

A rede de Mercocidades é a principal rede de cidades de países do MERCOSUL (membros plenos e associados) e um referente regional da integração. Reivindicar o aprofundamento da democracia participativa, como resposta a uma demanda da cidadania que não só lhe basta o exercício de uma democracia representativa, e desta forma lograr a construção de uma cidadania regional ativa, para uma maior integração regional. Uma participação cidadã consciente, ampla, responsável, como bandeira de um processo de



Laboratorio de políticas locales

integração regional que se projete com o objetivo de visualizar a integração desde uma perspectiva democrática.

O Laboratório deve ser o motor desta iniciativa, potencializando estas práticas nos governos locais integrantes de Mercocidades.

Em outra ordem se falou dos desafios e alcances da participação cidadã para os governantes. O desenvolvimento estes processos deve ser uma decisão política, transversal a toda a administração, com capacidade e vontade de ceder poder, permitindo que a cidadania opine e decida sobre o modelo de cidade ou território, impulsionando processos transparentes através da prestação de contas.

Existem várias redes, avançar em novas estratégias de acesso à informação e poder de decisão dos setores populares. Um dos desafios é como fazer processos democráticos que não terminem defendendo interesses corporativos, afinar metodologias.

Consultorias:

As consultorias, como suplementos para o desenvolvimento do LPL, contemplaram a transversalidade de distintas realidades. Por um lado, temas de articulação entre os diferentes níveis de governo (segundo e terceiro nível) mostrando a coordenação das políticas locais e os distintos atores. Incidir na elaboração dos distintos orçamentos, aumentando a porcentagem destinada à participação direta, entendendo que a participação é um direito e uma opção, assim como, os níveis de participação nas diferentes áreas. Os métodos tradicionais de participação não servem aos jovens (potencial enorme dos jovens).

Ficha de levantamento de dados:

Continuando com o desenvolvimento da Oficina se procedeu à apresentação da ficha de levantamento de dados, para sua sistematização e posterior publicação.

Após a troca de opiniões e das colaborações realizadas pelos participantes se chegou a um consenso na ficha de levantamento de dados das diferentes experiências de participação cidadã que estão sendo implementadas nas cidades. O modelo acordado figura no anexo II. Anexa-se o Guia para o correto preenchimento da ficha.



Laboratorio
de políticas locales

Por último, se realizaram apresentações das cidades de Belo Horizonte, Guarulhos e Neuquen, de suas experiências de participação cidadã, as quais estão sendo implementadas nestas cidades.

As experiências apresentadas abarcaram a aplicação de diferentes experiências de participação cidadã.

A apresentação de Belo Horizonte abarcou a temática de Gestão Participativa na cidade que através do Decreto N° 13714/2009 cria o Comitê Governamental de Gestão Participativa (CGGP) como instância de coordenação, articulação, apoio, e incentivo para o aperfeiçoamento dos processos participativos na cidade, proporcionando espaços de discussão e reflexão, conduzindo ações e propondo diretrizes políticas que confirmam um maior dinamismo e fortalecimento da governança participativa na cidade.

A de Neuquen abordou a participação cidadã na gestão da cidade. Dentro das experiências desde a gestão municipal se mencionou o plano Urbano Ambiental (PUA), o Foro da Mesa-Unidade de Gestão Territorial e o Conselho Assessor Econômico, Social e de Planejamento (CAESEP).

A última apresentação correspondeu a Guarulhos onde abordou o Orçamento Participativo e a Rede Brasileira de Orçamentos Participativos.

Os compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por parte dos representantes das cidades participantes foram: Elaborar um relatório da oficina, difundir as apresentações das experiências mencionadas, enviar a ficha de levantamento de dados com um Guia instrutivo. Os representantes das cidades se comprometeram a realizar as consultas pertinentes sobre as necessidades dos distintos governos locais para a implementação dos conteúdos das capacitações e consultorias que o projeto tem previsto realizar. Estabeleceu-se como prazo para tais compromissos, 15 dias hábeis posteriores a oficina.